

# SUMÁRIO

<b>DIREITO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>27</b>
1. Indivíduo, sociedade, nação, cidadão, Estado e governo.....	29
2. Teoria da Constituição .....	29
3. Constitucionalismo .....	33
4. Conceito e classificação das Constituições .....	34
5. Do poder constituinte: originário, derivado e decorrente .....	34
6. Princípios constitucionais .....	34
7. Da interpretação e aplicabilidade da norma constitucional. Constitucionalização do direito .....	38
8. Do controle de constitucionalidade .....	39
9. Dos princípios fundamentais previstos nas Constituições brasileiras, notadamente na Constituição da República Federativa do Brasil.....	53
10. Dos direitos e garantias fundamentais. Histórico. Conceito, ideologia e distinção. Classificação. Funções. Aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Garantias constitucionais. Deveres fundamentais e deveres constitucionais. Âmbito de proteção dos direitos fundamentais e núcleo essencial.....	60
11. Da organização do Estado brasileiro na história das Constituições.....	72
12. Da organização dos Poderes .....	81
13. Do Ministério Público: organização, princípios, funções, garantias e vedações. As Leis Orgânicas do Ministério Público: Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n.º 8.625/93), Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar Federal n.º 75/93), Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar n.º 34/94).....	93
14. Da defesa do Estado e das instituições democráticas .....	104
15. Jurisdição constitucional Histórico Modelos Controle constitucional e critérios de valoração das disposições legislativas e constitucionais .....	106
16. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o STF (Lei Federal n. 9.868/99) .....	107
17. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais .....	107

18. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei Federal n. 9.882/99) .....	107
19. O processo de reclamação (Regimento Interno do STF) .....	107
20. Controle de convencionalidade .....	107
21. Constituição da República Federativa do Brasil até a Emenda Constitucional n. 101/2019 .....	107
22. Da organização do Estado de Minas Gerais, com destaque para a organização dos Poderes (Constituição do Estado de Minas Gerais) .....	114
23. Súmulas Vinculantes. Precedentes constitucionais. Transconstitucionalismo e Constituição transversal .....	120
<b>DIREITO ELEITORAL .....</b>	<b>123</b>
1. Lei nº 4.737/1965 e atualizações legislativas ocorridas até a data da publicação do presente edital .....	123
2. Lei Complementar nº 64/1990 e atualizações legislativas ocorridas até a data da publicação do presente edital .....	126
3. Lei 9.096/95 e atualizações legislativas ocorridas até a data de publicação do presente edital Lei nº 9.504/1997 e atualizações legislativas ocorridas até a data da publicação do presente edital .....	126
4. Lei nº 11.300/2006 .....	130
5. Lei nº 12.034/2009 .....	130
6. Lei nº 12.891/2013 .....	130
7. Lei nº 13.165/2016 .....	130
8. Crimes Eleitorais .....	130
9. Processo Penal Eleitoral .....	131
10. Ministério Público Eleitoral: legitimidade, funções, preferências e impedimentos .....	131
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>135</b>
1. O Direito administrativo e suas fontes .....	138
2. Administração Pública: conceito; elementos; Poderes do Estado; organização política e administrativa do Estado; administração pública e governo; entidades políticas e administrativas; órgãos e agentes públicos; natureza e fins da administração pública.....	138

## SUMÁRIO

3. O direito fundamental à boa administração. Governança pública e accountability....	139
4. Supremacia do interesse público e direitos fundamentais .....	140
5. Privatização, descentralização e publicização de prestação de serviços .....	140
6. Administração indireta: autarquias, fundações públicas; empresas públicas e de economia mista; agências executivas e reguladoras; consórcio público; contratos de gestão .....	140
7. Servidores públicos .....	141
8. Princípios da administração pública e princípios de direito administrativo .....	152
9. Poderes e deveres da administração pública .....	154
10. Atos administrativos e atividade administrativa .....	161
11. Processo e procedimento administrativo .....	162
12. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n.º 8.625/1993) e Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais: regime, órgãos, carreira, processos e procedimentos; o Procon Estadual de Minas Gerais .....	167
13. Contratos administrativos .....	167
14. Licitação, Serviços públicos, Obra pública e regime diferenciado de contratação (Lei Federal n 8.666/1993, Lei Federal n. 8.987/1995, Decreto Federal n. 7.892/2013, Lei Estadual n. 14.167/2002, Lei Estadual n. 13.994/2001, Lei Estadual n. 13.209/1999, Lei Federal n. 12.187/2009 e Decreto Estadual n. 45.229/2009) .....	169
15. Parceria público-privada .....	179
16. Direito regulatório; regime jurídico das concessões e permissões do serviço público .....	184
17. Intervenção do Estado no domínio econômico e social .....	185
18. Restrições do Estado sobre a propriedade privada: tombamento, servidões administrativas e desapropriação .....	187
19. Bens públicos, bens fundamentais e patrimônio público (acervo, formação, afetação e direitos) .....	188
20. Controles da administração pública e a luta contra as imunidades do poder; tipos de controle; controles preventivos .....	190
21. Improbidade administrativa, corrupção, atos lesivos à administração pública, responsabilização individual e coletiva (Leis 4.717/65; 8.429/92; 12.846/13) .....	192
22. Tratados internacionais de combate à corrupção .....	203

23. Responsabilidade administrativa por infrações .....	203
24. Responsabilidade civil do Estado .....	203
25. Prescrição e decadência .....	206
<b>DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>207</b>
1. Tributo: conceito e espécies .....	208
2. Competência tributária .....	211
3. Limitações constitucionais ao poder de tributar: princípios, imunidades, remissões e isenções Renúncia fiscal e benefício fiscal .....	211
4. Legislação tributária: conteúdo, vigência, aplicação, interpretação e integração .....	214
5. Obrigação tributária: fato gerador, sujeição ativa e passiva, solidariedade .....	216
6. Capacidade tributária e domicílio tributário .....	218
7. Responsabilidade tributária: dos sucessores, de terceiros e por infrações .....	218
8. Crédito tributário: lançamento, suspensão, extinção, exclusão .....	218
9. Garantias e privilégios do crédito Tributário .....	219
10. Administração tributária: fiscalização, dívida ativa e certidões negativas .....	219
11. Lei de Orçamento (Lei nº 4.320/1964) .....	219
12. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) .....	222
13. Sigilo bancário (Lei Complementar 105/2001) .....	224
14. Abertura de créditos e assunção de empréstimos pela Administração pública ...	224
<b>DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA .....</b>	<b>225</b>
1. Abolicionismo, direito penal mínimo e direito penal máximo .....	229
2. Fundamentos e limitações do direito de punir .....	230
3. Princípios penais fundamentais .....	234
4. Escolas Penais .....	235
5. Teoria da Norma .....	235
6. Interpretação e integração da lei penal .....	235
7. Âmbito de validade temporal e espacial de lei penal .....	235
8. Aplicação da lei penal .....	239
9. Conflito aparente de normas .....	239

## SUMÁRIO

10. Evolução histórica da teoria do crime .....	239
11. Conceito de crime .....	241
12. Os principais sistemas da teoria do delito: sistemas causais e finalista; teoria social da ação; funcionalismo .....	242
13. Teoria da conduta: Ação e Omissão .....	245
14. Teoria do tipo Penal .....	246
15. Tipos dolosos e tipos culposos .....	251
16. Relação de causalidade .....	253
17. Teoria da imputação objetiva .....	253
18. Ilícitude e causas de exclusão .....	253
19. Culpabilidade e suas dirimentes .....	257
20. Consumação e tentativa .....	257
21. Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	257
22. Crime impossível .....	257
23. Agravação pelo resultado .....	257
24. Erro de tipo e erro de proibição .....	257
25. Concurso de pessoas .....	263
26. Penas e medidas de segurança .....	264
27. Aplicação das penas e regimes penitenciários .....	269
28. Limite das penas .....	271
29. Execução penal .....	271
30. Concurso de crimes .....	271
31. Crimes aberrantes .....	271
32. Suspensão condicional da pena .....	272
33. Livramento condicional .....	272
34. Efeitos da Condenação .....	272
35. Reabilitação .....	272
36. Teoria da ação penal .....	272
37. Extinção da punibilidade .....	274
38. Crimes contra pessoa .....	285

39. Crimes contra o patrimônio .....	288
40. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos .....	289
41. Crimes contra a dignidade sexual .....	289
42. Crimes contra a família .....	290
43. Crimes contra a incolumidade pública .....	291
44. Crimes contra a paz pública .....	291
45. Crimes contra a fé pública .....	291
46. Crimes contra a administração pública .....	291
47. Criminologia: Áreas de estudo do criminólogo; Principais Teorias; Principais Síndromes .....	293
48. Aspectos penais dos seguintes textos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil; Leis: 4737/1965; 4898/1965; 7210/1984; 7716/1989; 8069/1990; 8072/1990; 8078/1990; 8137/1990; 8176/1991; 9099/1995; 9455/1997; 9503/1997; 9605/98*; 9613/1998; 9807/1999; 10671/2003; 10741/2003; 10826/2003; 11101/2005; 11105/2005; 11340/2006; 11343/2006; 12694/2012; 12850/2013; 12984/2014; 13260/2016; 13344/2016; Decreto-Lei: 3688/1941; Decreto-Lei: 201/1967 .....	296
<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL .....</b>	<b>321</b>
1. Norma processual penal.....	326
2. Fontes do direito processual penal .....	326
3. Princípios constitucionais e infraconstitucionais .....	326
4. Interpretação e integração .....	328
5. A lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas .....	328
6. Teoria geral do processo penal e sistemas processuais .....	328
7. Processo Penal Constitucional .....	328
8. Investigação criminal .....	328
9. Ação Penal .....	334
10. Ação civil <i>ex delicto</i> .....	339
11. Jurisdição e competência .....	340
12. Sujeitos processuais .....	350
13. Prisão e liberdade provisória .....	351

## SUMÁRIO

14. Cautelares no Processo Penal .....	354
15. Questões e procedimentos incidentes .....	359
16. Comunicação dos atos processuais .....	367
17. Provas .....	371
18. Prazos processuais .....	382
19. Sentença e provimentos judiciais .....	382
20. Coisa julgada .....	384
21. Processo e procedimentos em espécie .....	384
22. Nulidades .....	395
23. Recursos .....	396
24. Ações autônomas de impugnação – revisão criminal, <i>habeas corpus</i> e mandado de segurança criminal .....	404
25. Execução penal .....	407
26. Aspectos processuais penais dos seguintes textos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil e Emendas Constitucionais posteriores à sua edição; Dec.-Lei 2.848/1940 (CP); Dec.-Lei 3.689/1941, redação em vigor (CPP); Dec.-Lei 1.002/1969, redação em vigor (CPPM); Lei 13.367/2016, redação em vigor (Comissões Parlamentares de Inquérito); Lei 11.101/2005 (recuperações judicial e extrajudicial e falência); Lei 4.737/1965 (Código Eleitoral); Lei 4.878/1965, Lei 5.256/1967 e Lei 5.350/1967 (prisão especial); Lei 4.898/1965 e Lei 5.249/1967 (abuso de autoridade); Dec.-Lei 201/1967 (responsabilidade de prefeitos e vereadores); Lei 7.716/1989 (preconceitos de raça ou de cor); Lei 7.960/1989 (prisão temporária); Lei 8.038/1990 e Lei 8.658/1993 (procedimentos nos tribunais); Lei 8.069/1990(ECA); Lei 8.072/1990 (crimes hediondos); Lei 8.078/1990 (consumidor); Lei 8.137/90 (ordem econômica e tributária); Lei 8176/1991 (Ordem Econômica); Dec 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos); Lei 12694/2012 e Lei 12850/2013 (organizações criminosas); Leis 9.099/1995, 10.259/2001 e 11.313/2006 (juizados especiais criminais); Lei 9.296/1996 (interceptação telefônica); Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei 9.455/1997 (tortura); Lei 9.605/1998 (meio ambiente); Leis 9.613/1998 e 12683/2012 (lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores); Lei 9.807/1999 (proteção a vítimas e testemunhas); Lei 12.037/2009 (identificação criminal); Lei Complementar 105/2001 (sigilo das operações financeiras); Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Lei 10.826/2003 (armas de fogo e munição); Lei 10.886/2004 (violência doméstica); Lei 11.340/2006 (violência contra mulher); Lei 11.419/2006 (informatização do processo judicial); Lei 11.343/2006 (Tóxicos); Lei 11.417/2007 (Súmula Vinculante); Resolução	

CNMP nº 181, de 07 de agosto de 2017, alterada pela Resolução CNMP nº 183, de 24 de janeiro de 2018 (procedimento investigatório criminal).....	409
27. Resolução CNMP nº 181, de 07 de agosto de 2017, alterada pela Resolução CNMP nº 183, de 24 de janeiro de 2018 (procedimento investigatório criminal).....	435
28. Resolução CNJ nº 213, de 15 de outubro de 2015 (audiência de custódia) .....	436
<b>DIREITO CIVIL .....</b>	<b>439</b>
1. Das pessoas naturais .....	442
2. Da personalidade e da capacidade .....	444
3. Dos direitos da personalidade .....	446
4. Da ausência .....	449
5. Do domicílio .....	451
6. Das pessoas jurídicas .....	451
7. Das associações .....	452
8. Das fundações .....	453
9. Das sociedades .....	455
10. Dos bens .....	455
11. Dos fatos, atos e negócios jurídicos .....	455
12. Dos defeitos dos atos jurídicos .....	455
13. Da forma dos atos jurídicos e da sua prova .....	458
14. Dos atos ilícitos .....	458
15. Da prescrição e da decadência .....	458
16. dos direitos das obrigações.....	460
17. Dos contratos em geral e contratos em espécie.....	461
18. Dos títulos de crédito.....	466
19. Da responsabilidade civil .....	467
20. Da posse .....	472
21. Dos direitos reais .....	473
22. Da propriedade .....	474
23. Conceito moderno de propriedade .....	476

## SUMÁRIO

24. Do direito de família .....	476
25. Do direito das sucessões .....	487
26. Registros públicos .....	497
27. Dos contratos imobiliários - Lei 4.380/64 (SFH), Lei 9.514/97 (SFI), Lei 8.245/91.....	500
28. Dos condomínios em edificações e incorporações imobiliárias - Lei 4.591/64.....	501
29. Da remoção de órgãos, tecidos e outras partes do corpo – Lei 9.434/1997 .....	502
30. Da proteção e direitos da pessoa portadora de transtorno mental – Lei 10.216/2001 .....	504
31. Lei n. 12.318/2010 – Alienação parental.....	505
32. Emenda Constitucional nº 66/2010 .....	506
33. Decreto-lei nº 4.657/1942 (com a redação da Lei 12.376/2010) .....	507
34. Lei 8.069/1990 – estatuto da criança e do adolescente .....	511
35. Lei nº 8.078/90 – código de defesa do consumidor.....	514
36. Lei 8.560/1992 (com a redação da Lei 12.004/2009) .....	516
37. Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária) .....	517
38. Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) .....	518
39. Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da pessoa com deficiência) .....	518
<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....</b>	<b>523</b>
1. Lei processual e Interpretação das leis processuais .....	526
2. Princípios informativos do Direito Processual Civil .....	526
3. Jurisdição, ação, exceção e processo .....	526
4. Partes e procuradores Capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. <i>Amicus curiae</i> .....	526
5. Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.....	527
6. Competência. Modificações da competência. Incompetência. Cooperação nacional.....	529

7. Juiz: poderes, deveres e sua responsabilidade. Impedimento e suspeição. Auxiliares da justiça.....	531
8. Atos processuais Forma Tempo e lugar Prazos Comunicações dos atos Nulidades Distribuição e registro Valor da causa .....	533
9. Tutela provisória: tutela de urgência e tutela da evidência.....	538
10. Formação, suspensão e extinção do processo.....	540
11. Procedimento comum. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação e reconvenção. Revelia. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Provas: disposições gerais e provas em espécie. Sentença. Remessa necessária. Coisa julgada. Liquidação de sentença .....	540
12. Cumprimento de sentença: disposições gerais, procedimentos em espécie e defesas do executado.....	544
13. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: todos os procedimentos.....	545
14. Procedimentos de jurisdição voluntária: disposições gerais e todos os procedimentos em espécie.....	548
15. Processo de execução: execução em geral, diversas espécies de execução, embargos à execução, suspensão e extinção do processo de execução .....	548
16. Processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais: ordem dos processos, processos e incidentes de competência originária. Recursos: disposições gerais e recursos em espécie.....	549
17. Assistência judiciária .....	555
18. Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.....	555
19. Mandado de segurança (individual e coletivo). Mandado de Injunção.....	555
20. Ação Civil Pública: ritos e medidas de urgência na proteção da probidade administrativa, patrimônio público e meio-ambiente. Ação de ressarcimento ao erário. Ação Popular. Habeas Data .....	558
21. Processo Judicial Eletrônico. Lei de Informatização do Processo Judicial (Lei nº 11.419/2006 e Resolução 780/2014 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais) ...	559
22. Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/1996).....	559
23. Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015).....	561
24. Outros diplomas normativos: Lei nº 1.060/1950. Lei nº 7.347/1985. Lei nº 8.069/1990. Lei nº 8.078/1990. Lei nº 8.429/1992. Lei nº 8.560/1992. Lei nº 9.099/1995. Lei nº 9.507/1997. Lei nº 10.257/2001. Lei nº 11.417/2006. Lei nº 11.419/2006. Lei nº 12.016/2009. Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo	

## SUMÁRIO

Civil). Lei nº 13.300/2016. (Atenção: todas as leis mencionadas devem ser observadas com suas respectivas atualizações) .....	564
<b>DIREITO MATERIAL COLETIVO .....</b>	<b>569</b>
1. Bens coletivos e relações grupais - Direito subjetivo: gênese, evolução, limites. Dimensões constitucionais do Direito Coletivo. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Princípios de interpretação e aplicação do Direito Coletivo. Racionalidade individual e racionalidade coletiva. Conflituosidade interna. Conflito entre interesse individual e direito coletivo. Conflito de paradigmas: coletivo x consequencialista. Rede contratual. Responsabilidade civil coletiva: prevenção e reparação .....	574
2. Direitos Humanos - Processos de luta: avanços e retrocessos. Catálogo de direitos. Direitos civis e políticos. Direitos econômicos e sociais. Superação do modelo antropocêntrico. Reconhecimento, respeito, reciprocidade, responsabilidade, redistribuição. Teorias feministas e patriarcalismo. Racismo. Homofobia. LGBT. População em situação de Rua. Ações afirmativas.....	579
3. Infância e Juventude – Princípios Proteção integral Prioridade absoluta Conselho Tutelar e Conselho de Direitos Papel da família, do Estado e da Sociedade Prevenção Política de atendimento Medidas de proteção Assistência Social .....	587
4. 4. Idosos - Direitos fundamentais e princípios. Saúde. Educação, cultura, esporte e lazer. Autonomia, integração e participação social. Habitação. Mobilidade. Política e instituições de atendimento. Discriminação por motivo de idade. Medidas protetivas. Acessibilidade. Atendimento preferencial. Conselho do Idoso.....	592
5. Pessoas com Deficiência – Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência Impedimentos, barreiras e acessibilidade Mobilidade Discriminação por motivo de deficiência Autonomia individual Igualdade de oportunidades Identidade Desenvolvimento pessoal com equidade Políticas de conscientização Conselho das pessoas portadoras de Deficiência .....	598
6. Educação - Educação infantil. Ensino fundamental e médio. Educação inclusiva. Papel da família, do Estado e da sociedade. Autonomia pedagógica e administrativa. Gestão democrática. Regimento escolar. Financiamento constitucional do Direito à Educação de Qualidade. Transporte escolar. Alimentação escolar. FUNDEB. Improbidade administrativa na educação.....	599
7. Saúde – SUS, saúde complementar e saúde suplementar Princípios da integralidade, universalidade, gratuidade e descentralização Normas operacionais e Pacto pela Saúde Financiamento da Saúde Programação Pactuada entre gestores Política Nacional de medicamentos Farmacovigilância Regulação assistencial Vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental Conselhos e Conferências	

de Saúde Plano Nacional de Atuação do Ministério Público em Saúde Pública (CNPQ, 2006) .....	601
8. Saúde mental – Reforma psiquiátrica Direitos básicos do portador de transtorno mental Papel da família, do Estado e da Sociedade Internação psiquiátrica Rede de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas no SUS Redução de danos .....	605
9. Consumidor - Objetivos, princípios e direitos básicos. Vulnerabilidade, hipervulnerabilidade e publicidade. Informação, tabaco e produtos transgênicos. Rotulagem de alimentos. Digitalização do consumo. Responsabilidade do fornecedor. Práticas Abusivas. Proteção contratual. Economia do compartilhamento. Superendividamento. Contratos eletrônicos. Proteção de dados pessoais do consumidor. Tempo e desvio produtivo. Autonomia privada e consumo sustentável .....	607
10. Meio Ambiente – Princípios Política Nacional do Meio Ambiente Água Fauna e flora Mineração Biossegurança Espaços protegidos Unidades de conservação Licenciamento ambiental Controle de agrotóxicos, produtos nocivos e tóxicos Resíduos sólidos Improbidade ambiental Políticas florestal e de proteção à biodiversidade em Minas Gerais .....	625
11. Habitação e urbanismo – Conflitos coletivos pela posse da terra rural e urbana Princípios e objetivos da política urbana Estatuto da Cidade Parcelamento do solo urbano Função social da propriedade e da posse Programas habitacionais de inclusão Direito de moradia – Plano Diretor e gestão democrática Imposições e restrições urbanísticas Parcelamento do solo urbano Acessibilidade e mobilidade urbanas Poluição visual Regularização fundiária .....	656
12. Patrimônio cultural – Processos culturais e processos ideológicos Imperialismo cultural Identidade, ação e memória Democratização do acesso aos bens culturais Instrumentos de proteção Diversidade étnica e regional Comunidades e práticas tradicionais Quilombos Esporte e lazer como forma de promoção social Estatuto do torcedor .....	665
13. Patrimônio público – Espaço público e participação Estado eficiente e administração gerencial Direito regulatório PPP, licitações e concessões Convênios e consórcios Poder de polícia e propriedade privada Legalidade administrativa Proteção da confiança Moralidade Publicidade Impessoalidade Improbidade administrativa .....	671
14. Súmulas e jurisprudência do STF e do STJ e legislação relacionada com os temas arrolados Disposições constitucionais pertinentes ao Direito Material Coletivo .....	681
<b>DIREITO PROCESSUAL COLETIVO .....</b>	<b>683</b>
1. Surgimento e evolução da tutela coletiva .....	686

## SUMÁRIO

2. Ondas renovatórias do acesso à justiça .....	686
3. Direito processual coletivo, conceito, princípios e institutos fundamentais .....	686
4. Microsistema de tutela jurisdicional coletiva.....	693
5. Espécies de ações coletivas .....	695
6. Representação adequada .....	695
7. Legitimidade coletiva ativa e legitimidade passiva .....	695
8. pedido e causa de pedir nas ações coletivas .....	696
9. Provas no processo coletivo .....	696
10. Competência, litispendência, conexão e continência nos processos coletivos .....	697
11. Intervenção de terceiros nos processos coletivos .....	699
12. Autocomposição nos direitos coletivos.....	701
13. Audiências públicas .....	701
14. Prescrição e decadência .....	702
15. Recursos nos processos coletivos .....	702
16. Responsabilidade pelas despesas processuais provisórias e definitivas .....	702
17. Coisa julgada coletiva .....	703
18. Liquidação da sentença coletiva Execução de sentença coletiva .....	706
19. Execução coletiva de títulos extrajudiciais .....	709
20. Fundos dos direitos difusos e coletivos .....	709
21. Ministério Público no direito processual coletivo .....	709
22. Compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais .....	709
23. Inquérito civil e recomendação .....	713
24. Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985) .....	715
25. Ação coletiva para a reparação de danos a direitos individuais homogêneos dos consumidores (Lei nº 8.078/1990) .....	722
26. Ação popular (Lei nº 4.717/1965) .....	723
27. Mandado de segurança coletivo (Lei nº 12.016/2009) .....	728
28. Mandado de injunção coletivo .....	729
29. Ação civil pública de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992) .....	731

30. Tutela processual coletiva no código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078/1990) .....	741
31. Tutela processual coletiva no estatuto da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990) .....	745
32. Tutela processual coletiva no estatuto do idoso (Lei nº 10.741/2003) .....	747
33. Ação civil pública para a defesa dos deficientes (Lei nº 7.853/1989) .....	747
34. Ação civil pública para proteção dos investidores no mercado de valores mobiliários (Lei nº 7.913/1989) .....	749
35. Ação civil pública na prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica (Lei nº 12.529/11) .....	751
36. Ação civil pública na defesa de outros direitos ou interesses difusos e coletivos .....	755
37. Súmulas e jurisprudências do STF e do STJ .....	759
38. Disposições constitucionais pertinentes ao direito processual coletivo .....	759
39. Tutela de urgência, tutela de segurança, tutela de evidência e tutela inibitória no processo coletivo .....	759
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>763</b>